O Grupo Cultural AfroReggae e a promoção da cidadania através da cultura

Márcio Tadeu da Silva

marciotadeudasilva@hotmail.com

Amanda Rebello Anastácio

amandageo2007@hotmail.com

Resumo

A violência urbana possui vínculos estreitos com o território utilizado – que é o mesmo que o espaço geográfico conforme Milton Santos – assim como a cultura possui vínculos com a territorialidade. Ao estabelecer essa relação, verificando previamente os dados gerais da violência urbana no estado do Rio de Janeiro, busca-se verificar como o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) promove ações voltadas à inclusão e à justiça social, voltadas, principalmente, aos jovens pobres. Busca-se verificar como o GCAR cria e consolida solidariedades geográficas, estabelecendo vínculos entre a cultura e a territorialidade, assim como a sua eficácia no combate à violência, tanto do narcotráfico, quanto da policial.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: AfroReggae, território, territorialidade, violência, cultura.

Introdução

A violência urbana possui vínculos estreitos com o território utilizado, assim como a cultura possui com a territorialidade. Neste sentido, o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR), ao promover ações voltadas à inclusão e à justiça social, principalmente de jovens pobres no estado do Rio de Janeiro, é um exemplo de como os vínculos entre cultura e territorialidade são eficazes no combate à violência, tanto do narcotráfico, quanto da policial.

Na perspectiva de Milton Santos (2006) quanto à cultura, está acontecendo uma apropriação dos instrumentos da cultura de massa pela cultura popular, e para este autor:

> [...] gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade (SANTOS, 2006, p. 144).

Essa experiência da escassez e da solidariedade pode ser considerada o gérmen do nascimento do AfroReggae, tendo em vista a origem favelada dos fundadores do grupo. É essa relação que o grupo mantém com a cultura e com o território que é a sua força, pois promove através de suas ações "uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano" (SANTOS, 2006).

Este artigo tem por objetivo analisar as ações do Grupo Cultural AfroReggae voltadas à cidadania, a partir da cultura. Para tal, necessita-se fazer um resgate teórico para entender os vínculos entre o território e a violência, para então entender como algumas ações podem auxiliar na promoção da cidadania, aqui entendidas como integrantes dos vínculos existentes entre territorialidade e cultura.

Também é importante caracterizar, ainda que com dados gerais, a violência no estado do Rio de Janeiro, principalmente a relacionada aos jovens pobres, tendo em vista ser o principal local e o principal foco de atuação do AfroReggae.

A metodologia deste estudo foi a pesquisa bibliográfica para a busca da teoria geográfica, e a pesquisa em sítios eletrônicos para a coleta de informações sobre a violência no estado do Rio de Janeiro e a atuação do Grupo Cultural AfroReggae.

Território e Violência, Territorialidade e Cultura

O conceito de território possui diversas definições na Geografia e uma, que parece ser pertinente nesta análise, é a do geógrafo francês Claude Raffestin, na

qual

> [...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Esta definição vai muito além da configuração territorial, e é importante se fazer a distinção, pois "[...] a configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre eles; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem" (SANTOS, 2008b, p. 83). A configuração territorial é a materialização das ações do homens no espaço geográfico, são as formas construídas *per si*, ainda que se entenda que sejam resultantes de um sistema de ações.

O território, conforme Raffestin (1993), inclui as ações de um ator, que pode ser entendido como hegemônico ou como hegemonizado, e a territorialização desse espaço é a relação que se dá entre o homem e o meio, no que se refere à criação de vínculos com o território, podendo ter recortes limitados ou não, pois o território vai além da tradicional definição de espaço como as delimitações de um Estado-nação. Territórios são construídos, organizados e reorganizados, e isto pode ser feito por um grupo político, por uma facção criminosa, ou por uma comunidade de uma favela.

Ainda conforme Santos e Silveira (2008), o território por si só não constitui uma categoria de análise, se o espaço geográfico for considerado como tema das ciências sociais, ou seja, como questão histórica, sendo que

> [...] a categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. [...] O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações (SANTOS & SILVEIRA, 2008, p. 247).

Considerando o conceito de território utilizado, pode-se considerá-lo o equivalente ao de espaço geográfico, que é "[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá" (SANTOS, 2008a, p. 63). É uma relação dialética que se dá entre o homem (com suas ações) e o meio (constituído pelos objetos, sejam artificiais ou naturais).

Se para Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, pode-se concluir

que para Santos e Silveira (2008) o "território usado" é o mesmo que o espaço geográfico.

O conceito de território usado, segundo Santos (*et al.*, 2000; 2008a; 2008b), é razoavelmente equivalente ao conceito de território de Raffestin (1993), ainda que neste último a relação de interdependência e de contradição não seja evidenciada, ao menos nesta conceituação. E ainda conforme Santos e outros autores (2000, s/p),

> [...] essa discussão deve estar centrada sobre o objeto da disciplina – o espaço geográfico, o *território usado* – se nosso intuito for construir, a um só tempo uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras [...]. O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

É no sentido inverso de se adotarem ações locais apenas que deve ser considerado o território usado como meio complexo, devido às inter-relações que se dão neste.

Muitas vezes as ações voltadas à cidadania são pensadas pelos Governos e/ou Organizações Não Governamentais apenas para o lugar, mas não podem ser separadas do global, pois hoje, em muitos lugares, o global é local e o local é global. Portanto, ao se analisar as ações do narcotráfico e de violência policial – considerados combates primordiais do AfroReggae – deve ser considerado o território usado.

Quanto à questão da violência, o primeiro aprendizado que o conceito de território usado nos traz é o de que a violência não pode ser vista como uma totalidade em si, mas como um recorte, apenas para fins analíticos, do processo. Daí não se falar de uma geografia da violência. Sendo assim, para entender os territórios da violência, os territórios opacos, é preciso vê-los dentro de uma dialética espacial que considere todos os agentes e todos os espaços, inclusive os luminosos (MELGAÇO, 2003a).

Para entender o funcionamento desta dialética espacial, dois conceitos podem ser muito úteis: o de solidariedade orgânica e o de solidariedade organizacional (MELGAÇO, 2003a, p. 525). De acordo com Melgaço, a partir de Milton Santos,

> [...] a idéia de solidariedades geográficas é uma releitura a partir do território da idéia de solidariedade social proposta por Durkheim. No atual período técnico-científico informacional, além de uma divisão social temos uma divisão territorial do trabalho, sendo que esta necessita de um "cimento" que a sustente, o qual é dado pelas

> solidariedades geográficas. A solidariedade orgânica se refere ao lugar, às relações espontâneas e heterogêneas e a solidariedade organizacional tem nas redes o seu principal fundamento, sendo deliberada e mais homogênea em relação aos agentes que dela participam (MELGAÇO, 2003b, p. 1878).

Ainda conforme Castillo et al. (1997, apud MELGAÇO, 2003a, p. 526) existe uma terceira solidariedade geográfica, a institucional, que é dada pelas normas e ações políticas nas escalas do município, do estado federado e do Estado-nação.

De acordo com Melgaço (2003a), a interação da solidariedade orgânica com a organizacional não é sempre harmônica e pode causar atritos que levam ao surgimento de atos violentos. Quando o território de um município responde mais ao mundo que ao lugar – surgimento de pólos tecnológicos e especialização técnica –, se insere em uma solidariedade organizacional baseada em redes materiais e imateriais que atravessam a cidade; porém estas redes são seletivas, criando em seus vazios uma situação de abandono, reforçando a retomada das solidariedades orgânicas. E é assim que surge o crime organizado, como uma resistência ao lugar (MELGAÇO, 2003a).

As organizações criminosas se fortalecem criando ou se inserindo em solidariedades organizacionais complexas, que envolvem diversas partes do território nacional, além de outros países. O investimento na desarticulação das organizações criminosas pela polícia tem se mostrado ineficaz. Talvez uma possibilidade coerente seja investir na retomada da cidadania, no fortalecimento das solidariedades orgânicas cidadãs e, assim, não deixando espaço para que o crime produza as suas próprias solidariedades, pois a forte repressão não é uma solução, muito menos viver em condomínios fechados, procurando relativo isolamento. A solução é mais no sentido de se retomar a cidadania perdida nos espaços opacos, nos espaços alienados (MELGAÇO, 2003a).

As solidariedades orgânicas cidadãs podem fortalecer a cidadania, criar uma cultura territorializada e preencher certos "vazios" deixados pelo Estado, que vêm sendo preenchidos em grande parte pelo tráfico de drogas e suas articulações.

De acordo com Santos (2007), a cidadania e a cultura formam um par integrado de significações, assim como, de certo modo, cultura e territorialidade são sinônimos. Ainda conforme Santos (2007, p. 81),

> [...] a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência

de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.

É esse "cimento", essa relação profunda e identitária, representada pela territorialidade e pela cultura, que faz considerar que o território usado vai além de um conjunto de objetos, no qual trabalhamos, circulamos, moramos. É também um dado simbólico, e "[...] a linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos" (SANTOS, 2007, p. 82).

Pode-se afirmar que a territorialidade e a cultura não só estão conectados, como engessados, que fazem parte dos pressupostos para que realmente existam cidadãos. É esta relação entre territorialidade e cultura que possibilita a análise de atividades como as do Grupo Cultural AfroReggae, que se dão sobre e que são parte integrada do território usado, modificando e transformando-o no combate à violência, em favor da promoção da cidadania.

A violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Para se analisar a questão da violência deve-se primeiramente apresentar alguns dados estatísticos. O recorte escolhido foi a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, tendo em vista uma breve análise, foram escolhidos dois tipos de ocorrências violentas: homicídios dolosos e total de roubos (de veículos, a transeunte, em coletivo e outros).

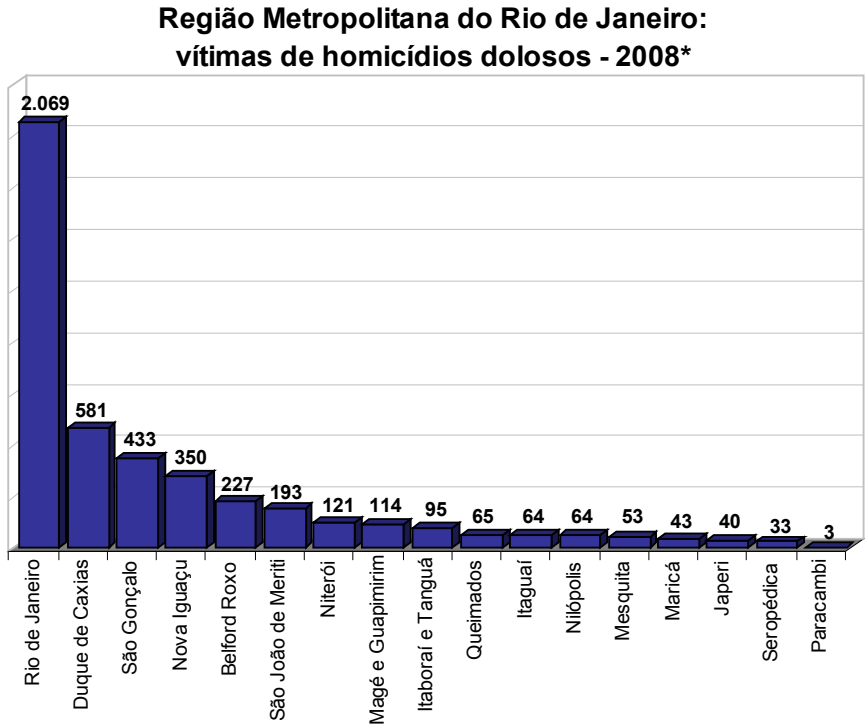
Tabela 1. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: população estimada

Município	População Estimada	Município	População Estimada
Belford Roxo	507.661	Niterói	482.566
Duque de Caxias	882.254	Nova Iguaçu	877.689
Guapimirim	47.826	Paracambi	44.492
Itabori	235.092	Queimados	144.981
Itaguaí	103.151	Rio de Janeiro	6.234.319
Japeri	100.697	São Gonçalo	1.001.541
Magé	247.600	São João de Meriti	472.996
Maricá	106.694	Seropédica	78.052
Mesquita	189.915	Tanguá	28.843
Nilópolis	149.366	**TOTAL**	**11935735**

Fonte: CESeC, 2008, baseado em dados da Fundação CIDE e do ISP/SSP-RJ (para o Rio de Janeiro).
Organização de Márcio Tadeu da Silva.

Quanto ao número de vítimas de homicídios dolosos (gráfico 1), pode-se verificar uma grande diferença entre os municípios da RMRJ, sendo que a cidade do Rio de Janeiro possui o maior número de ocorrências (2.069), seguido por Duque de Caxias (581), com aproximadamente um quarto do total do Rio de Janeiro, São Gonçalo (433), Nova Iguaçu (350) e Belford Roxo (227).

Gráfico 1. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Vítimas de homicídios dolosos - 2008



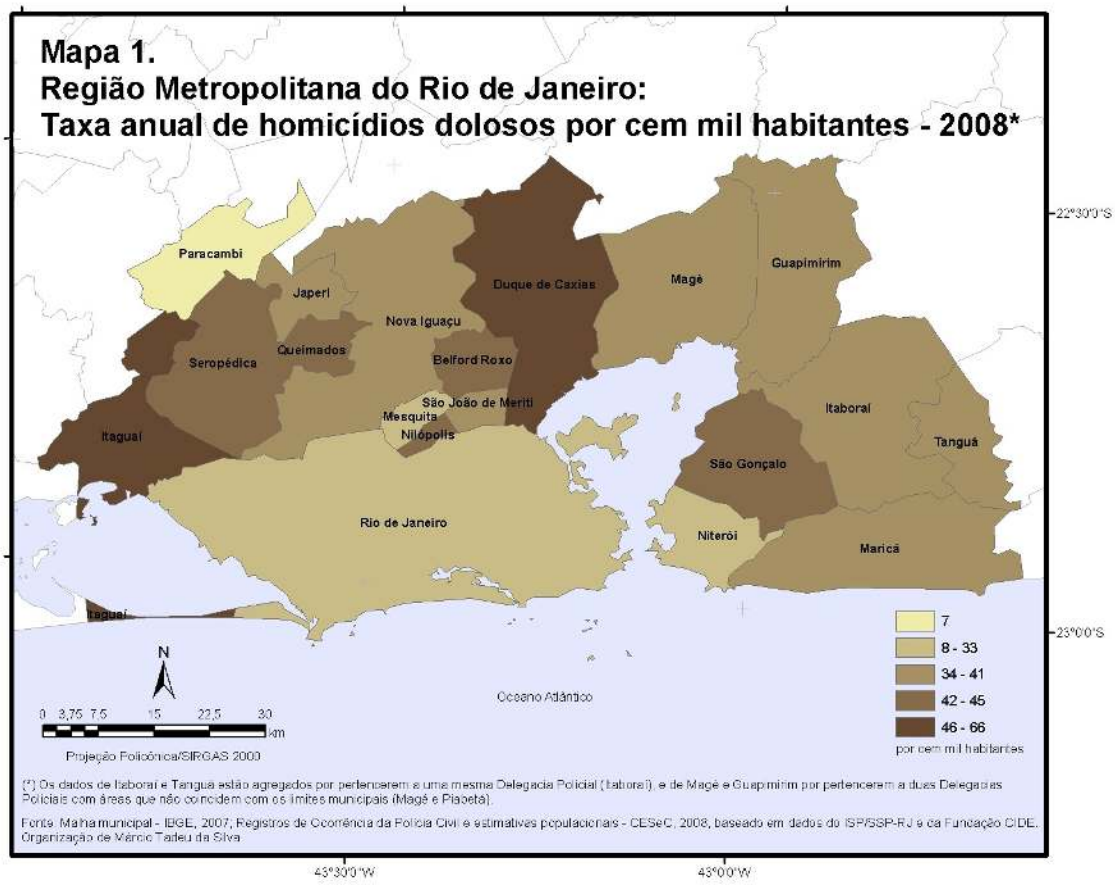
(*) Foram agregados os dados de Itaboraí e Tanguá por pertencerem a uma mesma Delegacia Policial (Itaboraí) e, de Magé e Guapimirim, por pertencerem a duas Delegacias Policiais com áreas que não coincidem com os limites municipais (Magé e Piabetá).

Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil - CESeC, 2008, baseado em dados do ISP/SSP-RJ. Organização de Márcio Tadeu da Silva.

Se compararmos o total de vítimas entre os municípios que possuem o maior e o menor número absoluto, Paracambi possui comparativamente 0,15% do total de homicídios dolosos que possui o Rio de Janeiro.

Para uma melhor compreensão acerca das diferenças entre os números absolutos de ocorrências violentas nos municípios da RMRJ, podem-se verificar as taxas anuais por cem mil habitantes, buscando uma análise comparativa, assim

como a distribuição espacial das ocorrências.



Elaboração dos autores.

Ao se comparar a taxa anual de homicídios dolosos por cem mil habitantes em 2008 (mapa 1), verifica-se em um primeiro momento que apesar do Rio de Janeiro possuir o maior número absoluto, não possui a maior distribuição de vítimas entre seus habitantes. Enquanto Rio de Janeiro possui a taxa de 33,19, Duque de Caxias possui 65,85, seguido por Itaguaí, com 62,04 homicídios dolosos por cem mil habitantes.

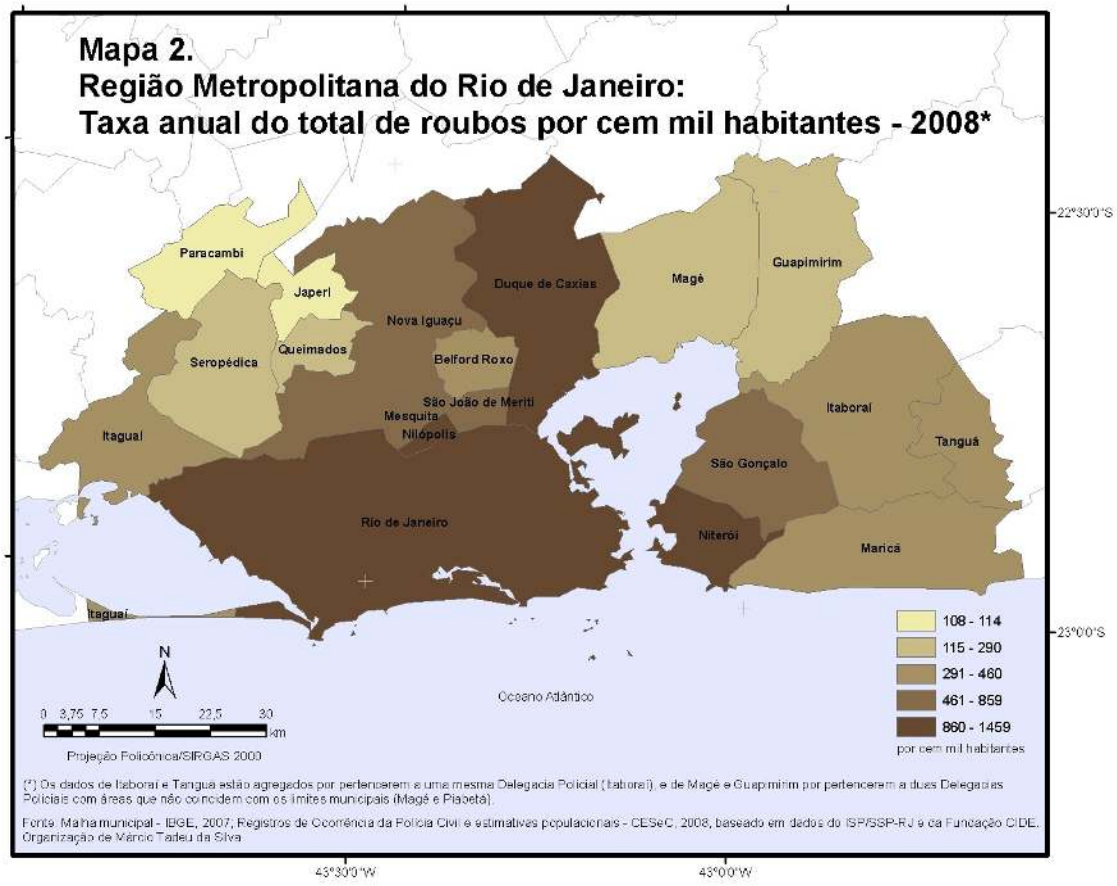
Se comparado à taxa anual de homicídios dolosos da cidade de São Paulo em 2008 (11,54)[1], verifica-se que Duque de Caxias e Itaguaí possuem uma taxa aproximadamente 5,5 vezes maior e, Rio de Janeiro, aproximadamente 3 vezes maior.

Quanto ao perfil das vítimas, o Rio de Janeiro é uma das unidades da

1 Número absoluto de homicídios dolosos: 1.263. Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, 2008.

federação que possui o maior número de homicídios dolosos entre jovens. Em 2006, na faixa etária de 15 a 24 anos, o estado possuía uma taxa de 100,1 homicídios de jovens por cem mil habitantes, ficando atrás apenas de Pernambuco, com 102,2. Considerando apenas homens, que são 93% das vítimas de homicídio, o estado possui uma das maiores taxas do Brasil, sendo 172 na faixa de 15 a 19 anos; 228 na faixa de 20 a 24 anos; e 197 na faixa de 25 a 29 anos[2].

Deve-se frisar que a distribuição espacial dos homicídios não é homogênea dentro dos municípios da RMRJ. Conforme Musumeci, Silva e Conceição (2006), as taxas por cem mil habitantes podem restringir uma análise mais apurada da distribuição espacial das ocorrências violentas, principalmente de certos crimes contra o patrimônio (roubo de veículos, a transeunte, em coletivo), pois ao se focalizar subáreas dentro de uma cidade ou região metropolitana, devido ao deslocamento cotidiano de grandes contingentes populacionais, muitas vezes as vítimas são pessoas em trânsito, que são agredidas fora de suas zonas de residência.



Elaboração dos autores.

2 CESeC, 2009, baseado em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

Ao analisar a taxa anual do total de roubos por cem mil habitantes em 2008 (mapa 2), verifica-se que o Rio de Janeiro, apesar de possuir o maior número absoluto (88.017), não possui a maior taxa. Nilópolis possui 1.458,83, seguido por Niterói, com 1.440,22. O Rio de Janeiro possui uma taxa de 1.411,81 e, apesar de possuir a terceira maior taxa, está muito próximo das apresentadas por Nilópolis e Niterói.

Comparando com o município de São Paulo, este possui um número absoluto maior que o do Rio de Janeiro, totalizando 109.637 roubos no ano de 2008, porém com a taxa de 1.002,14 roubos por cem mil habitantes[3], ou seja, uma taxa inferior à dos três municípios da RMRJ citados acima, sendo que a taxa de Nilópolis é aproximadamente 45% maior que a de São Paulo.

Outra questão de grande importância é a de casos de violência policial. Conforme Ferraz (2004), na década de 1990 a violência policial intensificou-se, embora tenha mudado de perfil. Não ocorrem mais chacinas, porém muitas pessoas são mortas diariamente, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1997 foram 200 vítimas fatais de ações da polícia; em 1998 foram 397 e em 2001 foram 597; em 2003 esse número subiu para 1195, contando o que esta autora chama de mortes em "doses homeopáticas" por parte da polícia do Rio de Janeiro (ibidem).

A área onde residem as populações de baixa renda – como favelas, conjuntos habitacionais para proletários e moradias irregulares – concentra o maior número de vítimas de ações policiais, sendo a maioria destes jovens entre 18 e 24 anos, pobres e negros, segundo o relatório da UNESCO de 2003. A chacina de Vigário Geral[4] e o massacre da Candelária[5] comprovam esta estatística. Desde que surgiram as favelas, o Estado incumbiu os agentes da lei (policiais):

3 Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, 2008.

4 "[...] aconteceu em 29 de agosto de 1993 e deixou 21 pessoas mortas, dentre elas uma menor de 15 anos. A chacina de Vigário foi a que teve o maior número de vítimas no Rio de Janeiro e uma das maiores que a sociedade brasileira sofreu na década de 90, sendo superada apenas para a do Carandiru, um presídio em São Paulo, quando morreram 111 pessoas. Vigário Geral é uma favela com um dos maiores índices de concentração de pobreza da cidade do Rio de Janeiro, apresentando e moradias em precárias condições" (FERRAZ, 2004, p. 3).

5 "No dia 23 de julho de 1993 um grupo de homens encapuzados atirou contra uns 50 menores de rua que dormiam na calçada da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Sete crianças e um jovem adulto morreram. Segundo dados da Anistia Internacional (2003), quatro meninos morreram na hora, um quinto foi morto enquanto fugia correndo. Três outros colocados dentro de um carro e dois deles, mortos a tiros nos jardins do Aterro do Flamengo, perto dali. Um jovem adulto morreu em virtude dos ferimentos quatro dias depois. Outro jovem adulto, Wagner dos Santos, que havia sido dado como morto no Aterro do Flamengo, sobreviveu a um tiro no rosto" (FERRAZ, 2004, p. 2).

> [...] a tarefa de reprimir as populações, seja derrubando os barracos, nas remoções, seja, na busca de criminosos, e mais tarde, já na década de 80, na caça aos traficantes e às drogas. Portanto, a função da polícia para essa parcela pobre e habitante "ilegal" da cidade, não é de garantidora dos direitos da população, mas de repressora, em nome do Estado (FERRAZ, 2004, p. 1).

Pode-se verificar que a questão da violência no Rio de Janeiro não envolve apenas os que podem ser chamados de atores "ilegais", mas também os "oficiais", representantes do Estado. Ainda que a discussão não seja sobre essa questão especificamente, pois então também deveria levar em consideração o projeto da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a questão da violência policial participa do incremento no número de mortos, vítimas da violência no estado, e é um dos tipos de violência que são combatidos pelo AfroReggae.

O Grupo Cultural AfroReggae

Quanto às respostas civis à violência, acontece um recente e importante processo de mobilização de jovens de favelas e de bairros da periferia, com programas locais baseados em ações artísticas e culturais, muitas vezes coordenados por esses próprios jovens, como os grupos Olodum e Timbalada em Salvador; o AfroReggae, o Nós do Morro, a Cia. Ética de Dança e a Central Única das Favelas (Cufa), no Rio de Janeiro; além de muitos agrupamentos relacionados à cultura hip hop nas periferias de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Brasília e São Luís (RAMOS, 2006).

Dentre esses grupos citados, procura-se analisar as ações voltadas à promoção da cidadania pelo Grupo Cultural AfroReggae. As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir do sítio oficial do GCAR e do documentário "Nenhum motivo explica a guerra", de 2006, de Cacá Diegues e Rafael Dragaud, que discute a atuação e a solidificação do AfroReggae, além de outras fontes, citadas oportunamente.

O Grupo Cultural Afroreggae foi fundado em 21 de janeiro de 1993, com base em Vigário Geral, com o objetivo principal de promover ações para

> [...] transformar a realidade de jovens moradores de favelas utilizando a educação, a arte e a cultura como instrumentos de inserção social. O embrião do projeto foi o jornal *AfroReggae Notícias*, cuja primeira edição circulou em agosto de 1992. O informativo – distribuído gratuitamente e sem anunciantes – logo se tornou um canal aberto para o debate de ideias e de problemas que afetam a

vida de negros e pobres (AFROREGGAE, 2010).

Algo que deve ser citado é que naquele mesmo ano, em 29 de agosto, a comunidade de Vigário Geral sofreu uma chacina, que resultou na morte de 21 moradores inocentes. Um mês após esta tragédia, os produtores do AfroReggae foram até a favela apresentar e oferecer seus trabalhos, como oficinas de percussão, reciclagem de lixo, capoeira e dança afro, para tentar resgatar a solidariedade e a esperança da população ali existente.

Desde então o grupo continuou com suas atividades, se fortalecendo cada vez mais, completando 17 anos de existência em janeiro de 2010, investindo e acreditando no potencial de jovens favelados, oferecendo educação, cultura e arte, como meios de diminuir as diferenças existentes entre negros e brancos, ricos e pobres, favela e asfalto[6], fortalecendo ações que promovam a união nos territórios marcados pela violência policial e pelo narcotráfico.

A principal missão do Grupo Cultural AfroReggae, em suas próprias palavras, é a de

> [...] promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte, a cultura afro-brasileira e a educação como ferramentas para a criação de pontes que unam as diferenças e sirvam como alicerces para a sustentabilidade e o exercício da cidadania (AFROREGGAE, 2010).

Eles lutam pela transformação social através da cultura e da arte, pois acreditam que estes mecanismos são essenciais para despertar as potencialidades artísticas que elevam a auto-estima dos jovens das camadas populares e mais pobres da sociedade, assim conseguindo minimizar a sedução oferecida pelo crime como alternativa de tentarem ter uma vida considerada por muitos mais fácil.

O grupo desenvolve mais de 70 projetos políticos e socioculturais que se estendem para o exterior. A tecnologia social desenvolvida pelo grupo cultural é referência em países como Inglaterra, Índia, China, Colômbia e outros. O GCAR se tornou um exemplo na mediação de conflitos e na promoção de ações que retiram jovens do narcotráfico, dando-lhes oportunidades e uma nova vida.

O AfroReggae possui Núcleos Comunitários de Cultura que atuam em cinco favelas do Rio de Janeiro: Vigário Geral, Complexo do Alemão, Parada de Lucas, Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, na capital fluminense, e na comunidade Nova Era, no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

São compostos por 14 grupos artísticos, sendo dez bandas de música, duas trupes de circo, uma trupe de teatro e uma companhia de dança. Conhecidos

6 Asfalto é o termo que se refere aos lugares habitados pela classe média e alta da sociedade carioca.

também como Subgrupos, eles são formados por jovens carentes que se destacam artisticamente nas oficinas realizadas nos núcleos, sendo que, atualmente, cerca de sete mil jovens fazem parte destes núcleos, onde os mesmos são beneficiados direta ou indiretamente pela instituição.

Na Parada de Lucas o GCAR possui um pólo tecnológico, onde o principal objetivo é o de capacitar jovens e crianças em Tecnologia da Informação. A sede possui um estúdio de Rádio Web chamado Site AfroReggae Digital, que é um espaço voltado para comunicação digital, novas mídias e suas ferramentas, além de possuir biblioteca e salas de computadores ligados à internet. Além disso oferece oficinas de percussão, capoeira, dança, história em quadrinhos e violino. Foi inaugurada recentemente a Orquestra de Cordas que faz parte do projeto Acorda Lucas, e que tem o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, como padrinho.

A sede do Complexo do Alemão foi inaugurada em 2007. Possui grande importância pelo fato de as atividades socioculturais estarem atreladas ao intuito de unir jovens de favelas dominadas por facções rivais, que é um dos grandes desafios deste núcleo. Neste espaço são oferecidas oficinas de percussão, grafite, teatro, dança e circo.

O complexo de favelas do Cantagalo/Pavão/Pavãozinho fica na Zona Sul do Rio, e o núcleo do AfroReggae funciona no Anfiteatro Benjamin de Oliveira. A linguagem circense é o principal foco do projeto, que abriga duas trupes de circo. Oferece também oficinas de acrobacia, malabares, comicidade, técnicas circenses e B-Boy (dança “break”).

O núcleo da comunidade Jardim Nova Era, no município de Nova Iguaçu (RJ), possui como peculiaridade a união com outra ONG, a Cisane, que já atuava na comunidade e que cede espaço ao AfroReggae. Esta sede oferece oficinas socioculturais, como as demais, além de possuir o Cine Afro, em que duas vezes por mês são exibidos filmes e documentários, seguidos de debates, em sessões abertas para toda a comunidade.

Em 26 de maio de 2010 foi inaugurado o Centro Cultural Waly Salomão (CCWS), em Vigário Geral. Ele leva o nome do poeta que muito apoiou o grupo, tendo um importante papel na conexão do GCAR com artistas, intelectuais e jornalistas, e que anunciou o grupo, no início da década de 1990, como a iniciativa cultural mais importante dos últimos tempos.

Conforme José Júnior (AFROREGGAE, 2010), o principal coordenador do grupo e um de seus fundadores, a intenção é a de movimentar a favela, não apenas

o lado sociocultural, mas também o econômico, com a ideia de cada vez mais gerar trabalho e renda no local, através de novas possibilidades de comércio. Para isso, o GCAR fez diversas parcerias. A construção deste núcleo contou com investimentos do BNDES, Petrobras, Governo do estado do Rio de Janeiro, Instituto Unibanco e Instituto Rukha.

O CCWS possui o Estúdio Red Bull de Batidas Eletrônicas, o único no estilo da América Latina; o Natura Musical, estúdio de gravação, mixagem e masterização profissional; o Auditório Itaú Cultural para teleconferências, seminários e projeção de vídeo; a Sala Futura, com videoteca, cdteca e biblioteca; e a Sala de Ensaio Santander, com espaço para atividades de teatro e circo. O centro conta também com o espaço Fatec Digital que possui 17 computadores com rede *wi-fi*, além de salas de músicas para aulas particulares, e a sala Corpo Nestlé, para oficinas de dança. Em frente ao CCWS há a praça Tropicalismo, preparada para apresentações gratuitas de teatro, dança, shows e exibições audiovisuais.

A construção deste núcleo demonstra como tem agido o grupo na busca por apoio em suas ações. É na parceria entre sociedade civil (no papel do AfroReggae), Governo e iniciativa privada, que se buscam meios para concretizar os projetos, na contramão do que, acredita-se, deveria vir por conta do Estado. De acordo com o grupo, "[...] este é um espaço para fazer diferença, para remixar a cidade e juntar as pessoas. Ele garante que se rompam, como queria o Waly, a linha de fronteira entre nossos seres e os seres alheios" (AFROREGGAE, 2010).

A Banda Afroreggae lançou seu primeiro CD, "Nova Cara", em 2001, e foi um marco da indústria fonográfica por ser o primeiro grupo brasileiro, criado por um projeto social desenvolvido nas favelas, que lançou seu disco de estréia por uma multinacional do setor (Universal Music). A partir de 2007, já com seu segundo CD gravado, a banda expandiu seu raio de atuação, e suas turnês passaram a ter alcance mundial, apresentando-se em países como Índia, China, Colômbia, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, entre outros.

O GCAR possui diversos projetos especiais, sendo que alguns deles serão destacados aqui, tendo em vista o caráter inovador e desafiador na promoção da cidadania de jovens carentes.

> Na tragédia da violência urbana brasileira, quem é mocinho e quem é vilão? Pela primeira vez na história, os dois lados dessa moeda se reúnem com o objetivo de ir além dos clichês e apontar caminhos de convivência. De um lado, um Policial Civil uniformizado e armado; do outro, uma pessoa que viveu no mundo do crime ou é egresso do sistema penitenciário. Até pouco tempo atrás, os dois seriam

> inimigos. Hoje, trabalham juntos pela paz no "Papo de Responsa", projeto do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR), em parceria com a Polícia Civil e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Natura (AFROREGGAE, 2010).

Buscando prevenir a violência, através das palavras, e quebrar preconceitos existentes, as duplas vão às escolas e empresas para dialogar sobre a violência. Mais de 20 mil pessoas em um ano, principalmente jovens, participaram desses encontros.

Esta iniciativa procura quebrar barreiras, abrir novos caminhos e derrubar preconceitos, assim reduzindo a intolerância, que muitas vezes é a causa da violência. Na visão do grupo, apenas capturar bandidos, armas e drogas, não é o suficiente; é importante agir para prevenir o envolvimento de jovens com o crime.

O projeto Conexões Urbanas é composto por um grupo de eventos e de veículos de comunicação multimídias, voltados ao incentivo da conexão entre a favela e o asfalto, onde a riqueza cultural e a estética da periferia é valorizada, com o intuito de derrubar barreiras, diminuir o preconceito e criar pontes capazes de conectar diferentes segmentos da sociedade, conforme os preceitos do grupo. O Conexões Urbanas é composto por produções artísticas gratuitas, revista, programa de TV e programas de rádio.

Neste sentido, o GCAR é um mediador que aproxima a favela da classe média

> [...] numa via de mão dupla. Com o projeto Conexões Urbanas [...] o AfroReggae leva músicos e bandas famosas para as favelas e, por outro lado, "apresenta" a favela para artistas e convidados dos shows (gestores públicos, profissionais de mídia, líderes empresariais, intelectuais, visitantes estrangeiros etc.). Utiliza, assim, as dimensões do mercado e do comunitário, concentra seus esforços na afirmação territorial e racial da favela e produz um discurso na primeira pessoa em nome dos jovens das periferias (RAMOS, 2006, p. 1308).

Conforme Ramos (2006), este percurso traz diversos riscos, dentre eles, o de se criar o estereótipo de mostrar garotos negros bem comportados, que teriam "escapado do crime" e que se apresentam tocando instrumentos de percussão. Porém uma das indicações de que o grupo parece reconhecer esse risco, é a recusa em multiplicar seus núcleos para se trabalhar em escala, pois consideram que não devem substituir o Estado na geração de alternativas para os jovens de classes populares, além de declararem que operam no campo do simbólico, onde mostram o quanto são eficazes suas ações com a criação de projetos modelos (RAMOS, 2006).

O projeto Empregabilidade teve início em fevereiro de 2008 e, até maio de

2010, conseguiu fazer com que 800 pessoas trocassem suas armas por uma carteira assinada. Conforme o GCAR, "antes, bandidos, agora cidadãos". O projeto baseia-se em parcerias com 15 grandes empresas[7], e visa inserir pessoas que vivem nas favelas, egressos do sistema penitenciário e, especialmente, pessoas em geral que resolveram largar o crime.

O escritório do projeto fica no centro do Rio de Janeiro, e é coordenado por Norton Guimarães, 52 anos de vida, 30 anos na criminalidade e 11 anos preso. De acordo com suas palavras: "Quando saí da prisão, descobri que a vida aqui fora era muito mais difícil. Queria ter uma vida honesta, mas ninguém me dava oportunidade. Não há emprego para quem quer mudar de vida. Só há preconceito" (AFROREGGAE, 2010).

O projeto obteve sucesso combatendo a questão do preconceito, e terminou o ano de 2009 com um saldo de 486 pessoas inseridas no mercado formal de trabalho, onde, destas, 222 eram ligadas direta ou indiretamente ao crime, e 102 assinavam liberdade condicional.

O projeto Juventude e Polícia avança fronteiras do estado do Rio de Janeiro, e busca desenvolver um trabalho entre policiais e moradores das favelas de Minas Gerais. Inicialmente as negociações para a realização desse projeto foram feitas com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, porém após meses de tentativa sem sucesso, não foi possível desenvolver o projeto neste estado (RAMOS, 2006).

Este projeto é coordenado pelo GCAR e pelo CESeC (Centro de Estudo de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes), em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais e o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Defesa Social.

Este projeto, criado em 2004, é pioneiro no Brasil, e é dividido em duas etapas. Na primeira etapa o grupo leva, para os batalhões, oficinas de percussão, dança de rua, basquete e grafite. O objetivo é o de capacitar policiais e de criar um diálogo entre a cultura policial e a cultura de jovens, visando diminuir as barreiras existentes entre eles.

O projeto busca combater a antipatia, que é recíproca, possibilitando a superação de estereótipos, pautando-se no respeito e na solidariedade, onde:

> [...] o essencial está na troca, e ela se realiza diretamente entre

7 Cofix. Construções e Emprendimentos. Ltda; DSL Distribuição e Suporte Logístico; Esil; Grupo Editorial Record; Hospedagem Florianópolis; Igrejas Lopes e Cia. Ltda; Lins e Silva Consultoria, RH e Treinamento; Patrus Transportes; Pedra Vigilância e Segurança; Pizzaria La Bonnelli; Projeto Coco Verde; Rio Park – Estapar; Spoleto; Bolsas Victor Hugo e ZOAA Moto Frete – Entregas Rápidas Ltda. (http://www.afroreggae.org.br/, acesso em: 01 jun. 2010, 08h30).

> policiais e jovens, sem mediadores (professores de direitos humanos). Os policiais e os jovens, que foram construídos como grupos antagônicos, descobrem rapidamente que partilham mais identidades do que supunham. Não só a origem freqüentemente comum vem à tona, com o estabelecimento de proximidades culturais, mas a vivência da discriminação como grupos estigmatizados na sociedade (como "jovens favelados", por um lado, e como "polícia", por outro) (RAMOS, 2006, p. 1310).

Essa descoberta que ocorre entre os dois grupos – "estigmatizados na sociedade" – é uma experiência significativa, pois os aproxima enquanto discriminados, o que possibilita uma nova visão de ambos e por ambos na sociedade.

Na segunda etapa do projeto Juventude e Polícia, os policiais capacitados levam o conhecimento adquiro junto com os instrutores do AfroReggae para os jovens de comunidades pobres. Esta ação deu origem ao documentário "Polícia Mineira", dirigido por Estevão Ciavatta.

De acordo com Ramos (2006), um dos problemas do projeto é a sua difícil replicabilidade por outros grupos culturais em outros estados. Além disso, existe a resistência de importantes setores policiais, por ser um projeto polêmico e que transforma a imagem tradicional que se tem da polícia (RAMOS, 2006).

Escolando a Galera é outro projeto que merece destaque. Em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, busca beneficiar escolas localizadas em regiões de conflitos sociais, tendo sido mapeadas 88 no estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Educação.

Conforme o GCAR, cultura, arte e cidadania são pontos-chave para as ações, que beneficiam não apenas os alunos da rede estadual de ensino, mas também os moradores das comunidades, com oficinas de teatro, dança, percussão e circo. Conforme a secretária de Educação Tereza Porto (ibidem), esta parceria deve ajudar a desenvolver um projeto pedagógico diferenciado nas escolas localizadas em áreas tensas, valorizando a cultura, criando oportunidades e despertando talentos.

Além de todos os projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro, e alguns além deste estado, o AfroReggae tem atuado mundialmente. A ligação do GCAR com o mundo tem como foco principal exportar a arte da periferia, aliada à tecnologia social, para os quatro cantos do planeta.

Com o propósito de aliar os shows às atividades de intercâmbio sociocultural, os integrantes têm a metodologia de transmitir as experiências no combate à

violência e ao narcotráfico no Brasil, pelos países em que passam. O grupo prepara educadores locais para que o trabalho não se encerre sem a presença física dos brasileiros.

É importante salientar que esta experiência teve êxito, conforme o grupo, em todos os países em que passou: Colômbia, Inglaterra, Alemanha, Índia, África do Sul, China, Estados Unidos e Canadá.

Considerações finais

Considerando o território, segundo Raffestin (1993), ou o território utilizado, segundo Santos e Silveira (2008), pode-se afirmar que a questão da violência no estado do Rio de Janeiro se dá com a intensificação das solidariedades geográficas.

No caso do narcotráfico, a solidariedade orgânica se dá no sentido de existir uma resistência ao lugar, em geral, se instalando nos espaços caracterizados pela presença mínima do Estado, buscando o recrutamento de jovens para participarem de suas organizações.

Além da sedução para a vida do crime, existe muitas vezes o aceite de uma oportunidade de trabalho nestas organizações. É uma opção, muitas vezes a única, e que acaba com um grande número de jovens agregados ao crime organizado.

O crime também utiliza a solidariedade organizacional. No atual período técnico científico informacional, as camadas populares tiveram o acesso facilitado às novas tecnologias, ao menos mais que antes. Estas tecnologias podem proporcionar o que Santos (2006) chama de revanche dos "de baixo", mas também possibilitam que redes ilegais se articulem mais facilmente, principalmente em áreas pobres.

Como já citado, uma das possibilidades que parece ser coerente no combate à violência, é o investimento na retomada da cidadania – ou a criação dos meios para que ela passe a ser um conceito real –, e o fortalecimento das solidariedades orgânicas cidadãs, que pode ocupar os "espaços vazios" que vêm sendo preenchidos pelo crime. Neste sentido, o AfroReggae utiliza o território de maneira estratégica, e consegue através de suas ações promover a retomada da cidadania.

O GCAR auxilia na promoção de uma relação identitária de jovens pobres com o território, através, principalmente, da cultura. Para Santos (2007), a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo. Para o AfroReggae isto não é apenas uma realidade, como também um preceito de suas ações, tendo em vista sua atuação contínua, voltada à promoção da inclusão e da justiça social utilizando a arte. Uma luta pela transformação social e pela busca da elevação da autoestima de

jovens pobres.

A territorialidade está embutida em suas ações, em uma profunda relação com o território utilizado – através da educação, da cultura e da arte – ao investirem no potencial de jovens talentos em territórios marcados pela violência policial e pelo narcotráfico.

O AfroReggae resgata a cidadania através da intensificação da solidariedade orgânica em áreas pobres, e através da intensificação da solidariedade organizacional, visando multiplicar seus vínculos e possibilitar diálogos antes impensáveis, como os que têm ocorrido entre ex-criminosos e policiais.

A experiência mostra que o uso da repressão, junto aos aparatos de segurança cada vez mais sofisticados, não é a solução para resolver os problemas de violência, tendo em vista os altos índices de presos reincidentes no sistema penitenciário. E o uso da tecnologia, sem ética e sem uma finalidade que envolva ações políticas voltadas para a educação, distribuição de renda e bem estar social, não possui valor prático para a população em geral. Neste sentido, pode-se afirmar que o grupo AfroReggae cria tecnologia social voltada à construção de uma vida mais digna e justa para a maioria dos jovens que vive nas favelas em que o grupo atua.

Não foram encontrados dados quantitativos sobre o número exato de pessoas envolvidas e beneficiadas diretamente nos projetos, exceto quando indicado. Portanto, nesta análise, não se pôde avaliar quantitativamente o número de jovens atendidos com os programas do grupo; porém, cabe ressaltar que, pelo tamanho do projeto e pela sua contínua expansão, pode-se concluir que um grande número de jovens pobres sejam atendidos com os projetos.

Este é um debate geográfico, que suscita análises mais detalhadas e que deve se estender cada vez mais, pois aborda a possibilidade de transformar os problemas da atualidade em futuros projetos voltados ao resgate da cidadania em escala local e, consequentemente, em escala global. Assim como permite que a Geografia se envolva mais diretamente com a prática cotidiana da população.

Bibliografia

AFROREGGAE. *Grupo cultural AfroReggae.* [online] Disponível em: <http://www.afroreggae.org.br/>. Acesso em 01/06/2010.

CESEC. *Indicadores de segurança pública no Rio de Janeiro* [online] Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br>. Acesso em 04/12/2010.

DIEGUES, Cacá; DRAGAUD, Rafael. *Nenhum motivo explica a guerra*. Rio de Janeiro: Luz Mágica, 2006. DVD, 90 min.

FERRAZ, Joana D'Arc F. Violência Policial e Direitos Humanos: um estudo de caso sobre três crimes de execução sumária ocorridos no Rio de Janeiro, na década de 90. *In*: XI Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, 2004, ANPUH-RJ. *Anais*...

Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Joana%20DArc%20Fernandes%20Ferraz.doc>. Acesso em: 05/06/2010.

MELGAÇO, Lucas de Melo. O Uso do Território pela Violência. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. São Paulo: Territorial, 2003a.

MELGAÇO, Lucas de Melo. Tecnologias da informação, violência e uso do território. 2003b. In: XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Belo Horizonte (MG) 05-10 abril 2003, INPE. *Anais...* p. 1875 - 1882. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.17.12.19/doc/14_303.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2010, 22h00.

MELGAÇO, Lucas de Melo. *A Geografia do Atrito: Dialética espacial e violência em Campinas-SP*. 2005. 128 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MUSUMECI, Leonarda; SILVA, Gabriel Fonseca da; CONCEIÇÃO, Greice Maria S. Geografia da Violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000 a 2005. *Segurança e cidadania*, n. 11 / ano 5, out. 2006, CESeC, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim11web.pdf>. Acesso em: 04/12/2010.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Sílvia. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.11, suppl., Rio de Janeiro, 2006. p. 1303-1311. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2010, 09h40.

RAMOS, Sílvia. Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. *Segurança e cidadania*, n. 13 / ano 8, dez. 2009, CESeC, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim13.pdf.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2010, 12h40.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização*: *do pensamento único à consciência universal.* 13ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2006.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed. São Paulo: Nobel/Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 10ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton et al. *O Papel Ativo da Geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000.

Sobre os autores

Márcio Tadeu da Silva: graduando da Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Amanda Rebello Anastácio: graduanda da Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

* * *

ABSTRACT

Grupo Cultural AfroReggae and the promotion of citizenship through culture

Urban violence has strict bonds with the used territory – which is the same as the geographical space according to Milton Santos – as well as culture has links to territoriality. By establishing this relationship, checking in advance some general data about urban violence in Rio de Janeiro, this paper pursues the understanding of how the Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) promotes actions towards the inclusion and social justice, focusing mainly on poor youngsters. The present paper discusses how GCAR creates and consolidates geographical solidarities, establishing links between culture and territoriality, as well as its effectiveness against violence, originated from both drug dealers and the police.

KEYWORDS: AfroReggae, territory, territoriality, violence, culture.

RESUMEN

El Grupo Cultural AfroReggae y la promoción de la ciudadanía a través de la cultura

La violencia urbana trae vínculos estrechos con el territorio utilizado - que es lo mismo que el espacio geográfico de acuerdo con Milton Santos - así como la cultura tiene enlaces a la territorialidad. Al establecer esta relación y verificando de antemano algunos datos sobre la violencia urbana en Río de Janeiro, se busca determinar como el Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) promueve acciones de inclusión y justicia social, centrándose principalmente en los jóvenes pobres. Buscase saber como el GCAR crea y consolida las solidaridades geográficas, estableciendo vínculos entre cultura y territorialidad, así como su eficacia en la lucha contra la violencia, tanto del tráfico de drogas cuanto de la policía.

PALABRAS CLAVE: AfroReggae, territorio, territorialidad, violencia, cultura.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Artigo recebido em dezembro de 2010. Aprovado em janeiro de 2011.